



## HERÓIS E GRANDES HOMENS DE LEIRIA - PORTUGAL: O SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DE UMA REGIÃO

## HEROES AND GREAT MEN OF LEIRIA - PORTUGAL: THEIR ROLE IN THE CONSTRUCTION OF THE REGION

Fernando Magalhães\*

Instituto Politécnico de Leiria – Portugal

 <https://orcid.org/0000-0002-1206-8622>

[fernando.magalhaes@ipleiria.pt](mailto:fernando.magalhaes@ipleiria.pt)

**RESUMO:** As comunidades inventam-se e reinventam-se através da iniciativa de lideranças, que, num determinado espaço e tempo, decidem impor divisões no espaço social, cuja eficácia da delimitação, depende da legitimidade que os liderados lhes atribuem. A partir dessa comunhão de interesses será criada uma nova comunidade. Partindo desta premissa, pretendemos indagar o papel desempenhado pelas lideranças nacionais e regionais, leirienses, para a construção da região portuguesa de Leiria e, em consequência, a sua elevação, pelas gerações vindouras, a heróis ou grandes homens. Procuraremos averiguar os processos através dos quais a comunidade regional homenageia e imortaliza as personagens que marcaram a história da comunidade regional, numa interseção mais vasta que abrange a comunidade nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Líderes e lideranças – comunidades – Leiria – Portugal.

**ABSTRACT:** Communities are imagined through the leaders initiative, who, in a given space and time, decide to impose divisions in the social space, whose effectiveness of the delimitation depends on the legitimacy that the followers give them. From this interests communion, a new community will be created. Based on this premise, we intend to inquire about the role played by the national and regional leadership, from Leiria, in the construction of the Portuguese region of Leiria and, consequently, its elevation, by future generations, to heroes or great men. We will seek to investigate the processes through which the regional community honors and immortalizes that leaders that have marked the regional community history, in a wider intersection that encompasses the national community.

---

\* Doutorado em Antropologia, especialidade em Museologia e Património; CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia (ISCTE-IUL) / ESECS e ESSLEI. Professor Adjunto (Ciências Sociais) no Instituto Politécnico de Leiria.

**KEYWORDS:** Leaders - communities - Leiria – Portugal.

## INTRODUÇÃO

Como constatou Pierre Bourdieu (1989), as comunidades inventam-se e reinventam-se através da iniciativa de lideranças que, num determinado espaço e tempo, decidem impor divisões no espaço social. A eficácia desta divisão depende, porém, do reconhecimento da legitimidade dos líderes, por parte dos liderados. A partir dessa comunhão de interesses será criada uma nova comunidade. Partindo desta ideia, pretendemos indagar o papel desempenhado pelas lideranças nacionais e regionais, para a construção da região de Leiria, em Portugal, e em reconhecimento deste facto, a elevação destes líderes, a heróis ou grandes homens da comunidade. As homenagens e a imortalização destes indivíduos, que marcaram a história da comunidade regional, numa interseção mais vasta com a comunidades nacional, é feita através de estruturas de diversa índole tais como museus, pinturas, esculturas / estatuária, nomes de praças e de ruas, entre outras.

A região portuguesa de Leiria elegeu os seus heróis e os seus grandes homens, homenageando-os de diversas formas. Seleccionámos alguns dos autores da região, considerados heróis e grandes homens, estudando o seu contributo para a construção da região enquanto comunidade, assim como o reconhecimento do seu papel, por parte da comunidade.

Haveria mais autores, considerados heróis ou grandes homens da região, dignos de referência. Contudo, o espaço desta investigação torna-se curto para abordarmos todos eles, pelo que não sendo possível estudar detalhadamente todos os líderes, cuja vida obra tem contribuído, para o nascimento, projecção e continuação da comunidade, seleccionámos alguns dos mais simbólicos líderes da região, sobre os quais incidiu o nosso estudo.

O nosso texto encontra-se dividido em três partes: numa primeira parte denominada “Heróis e Grandes Homens: a imaginação da comunidade”, iremos fazer uma reflexão teórica sobre a construção destas grandes categorias. A discussão basear-se-á num quadro teórico que percorrerá alguns dos mais diversos investigadores que se têm focado no estudo de questões que pretendem indagar os heróis e os grandes homens enquanto categorias.

A segunda parte, centrada na região de Leiria, e denominada “Heróis fundadores da região de Leiria: De D. Afonso Henriques a D. Dinis” iremos analisar o papel da nobreza, aqui vertida na realeza, e o clero tiveram na fundação da região de Leiria. Nesta

parte, iremos aplicar as conceptualizações teóricas abordadas em “Heróis e Grandes Homens: a imaginação da comunidade”. Da mesma forma, analisaremos o papel dos Grandes Homens para a afirmação da comunidade regional no todo nacional português, numa terceira parte deste texto, denominada “Grandes Homens e a construção da região de Leiria”.

## HERÓIS E GRANDES HOMENS: A IMAGINAÇÃO DA COMUNIDADE

Iniciaremos a nossa reflexão sobre as categorias de Heróis e de Grandes Homens, recorrendo à obra de Pierre Bourdieu, traduzida para português com o título “O Poder Simbólico”. A partir desta, observamos a importância das lideranças, promovidas a heróis e grandes homens, para a fundação de um determinado tipo de comunidade, neste caso, a regional, mas que pode ser estendida a todos os outros tipos, tais como comunidades locais e nacionais.

Bourdieu introduz a sua conceção de região, enquanto um tipo de comunidade que implica um di-visão, “acto mágico ... de *diacrisis* que introduz por *decreto*, uma descontinuidade decisória na continuidade natural” (BOURDIEU, 1989, p. 114). Mas esta descontinuidade, esta divisão, inclui todo um labor de traçar fronteiras, ou seja, implica

separar “o interior do exterior”, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro”, é um acto *religioso*, realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*”. Caberia ao rei, enquanto voz da autoridade, o poder da divisão, da “circunscrição de uma região (...) em impor a definição (...) legítima, conhecida e reconhecida, das fronteiras do território (...)” (BOURDIEU, 1989, p. 115).

Esta imposição, a criação de uma nova comunidade, resultará do reconhecimento e da eficácia atribuída à autoridade, que por este fator tem o poder de trazer à existência aquilo que não existia. Assim, e como refere Bourdieu (1989), uma fronteira, que dará origem a uma nova região ou comunidade, é um ato mais ou menos arbitrário, que produz diferença cultural e ao mesmo tempo é produto da mesma.

Uma nova região, uma nova comunidade, nacional, regional ou municipal, resulta da autoridade daquele que a enuncia, da capacidade de impor a sua voz e de ser ouvido. Como refere Bourdieu (1989), o

acto da magia social que consiste em tentar trazer à existência a coisa nomeada pode resultar se aquele que o realiza for capaz de fazer reconhecer à sua palavra o poder que ela se arroga por uma usurpação

provisória ou definitiva, o de impor uma nova visão, a uma nova divisão do mundo social (BOURDIEU, 1989, p. 116).

A eficácia da realização do discurso, vertida na realidade, é tanto maior, quanto mais reconhecida for a autoridade àquele que a enuncia. Através das investigações que temos vindo a realizar (MAGALHÃES, 2012; 2019), observámos que a performatividade do discurso regionalista enunciada por Bourdieu pode ser aplicada neste, como noutros contextos de “invenção” de uma nova comunidade, independentemente do espaço e do tempo em que nos encontramos. Assim, comunidades imaginadas como os reinos medievais, as nações modernas, ou ainda o municipalismo, comunidades locais etc., resultam de discursos performativos enunciados por uma ou mais autoridades que, legitimando-se ora no poder divino (reis), ora nas leis da razão e do racionalismo moderno (grandes homens), impõem novas divisões e classificações do mundo social numa dinâmica que acompanha a das mudanças socioculturais ao longo do tempo. D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal, legitimado na guerra e no poder das armas, impôs uma descontinuidade no antigo reino de Leão, coroando-se rei, e fundando um novo reino, o reino de Portugal, reconhecido oficialmente em 1143, através do tratado de Zamora.

Os séculos XVIII e XIX, imediatamente anterior e posterior à Revolução Francesa, a qual provocou uma rutura com a antiga ordem social, política, cultural e económica, foram marcados pela perda de poder por parte dos antigos grupos sociais e da legitimação da sua autoridade nos poderes divinos. Ao mesmo tempo, emergiram uma série de novos líderes, agora legitimados no poder do conhecimento científico, desejosos de imporem novas descontinuidades no espaço social, conduzindo à criação das comunidades nacionais. Políticos, escritores de renome, historiadores, antropólogos, sociólogos e outros, buscam ora na história, ora nos comportamentos culturais do grupo, critérios para impor fronteiras e definir um novo espaço nacional. Estes líderes modernos, do pós-século XVIII, partilham uma série de características que os distinguem das lideranças anteriores, e nas quais se baseiam para adquirir a sua legitimidade para dividir, tais como o facto de se tornarem intelectuais racionalistas, despojados do poder divino mas detentores do poder do conhecimento racionalista ou científico. Assim nascem as nações, evidenciando uma divisão arbitrária do espaço social.

A arbitrariedade, anteriormente enunciada por Pierre Bourdieu, é bem visível no caso da fundação da comunidade nacional portuguesa. O papel das lideranças, dos séculos XVIII, XIX e XX, na construção da comunidade nacional portuguesa, em particular Alexandre Herculano e Oliveira Martins, dois historiadores portugueses dos séculos XVIII e XIX, respetivamente, estão sobejamente estudadas por investigadores nacionais e

estrangeiros. Como já foi observado, (MAGALHÃES, 2012; THIESSE, 1999; MAGALHÃES, 2019), Alexandre Herculano, historiador, político e introdutor do romance histórico em Portugal, é considerado um dos mais importantes edificadores da comunidade nacional portuguesa. Herculano figura na galeria dos Grandes Homens de Portugal, por ter desenvolvido uma ação literária, política e científica em direção à imaginação da comunidade nacional, tão em consonância com o romantismo da sua época.

Alexandre Herculano foi

um romântico e um liberal, comungava dos ideais de convergência num projecto de educação nacional, travejado pela história, aliada à literatura e à moral, que visasse formar as gerações no amor da Nação, que se queria assente em bases representativas. Logo, o apelo às origens, buscando a “alma nacional” nos costumes, na cultura popular, nos monumentos, na história, fundamentava o compromisso com um grande movimento nacionalizador (COELHO, 2011, p. 62).

Para o autor, a batalha de Aljubarrota, ocorrida em finais do século XIV, em que forças do reino de Portugal lutam contra as do reino de Castela para manter a independência, teria marcado o início da nacionalidade portuguesa, em contraste com o reino medieval, nascido no século XII. Este seria o momento da emergência do cidadão, quando é o povo comum que apoia o rei português João I, na manutenção da independência de Portugal, em vez da tradicional nobreza (MAGALHÃES, 2012).

Alexandre Herculano é, pela sua ação e obra, reconhecido como um dos maiores símbolos da associação do romance histórico à escrita da história da nação portuguesa e à sua materialização. Anne-Marie Thiesse (1999), cita que Herculano, “para além de consagrar numerosos romances aos conflitos políticos e sociais da Idade Média Nacional, redige a primeira grande História de Portugal” (THIESSE, 1999, p. 136). Através dos seus romances, são expostos os acontecimentos históricos que teriam como atores os cidadãos portugueses, e como palco os mosteiros de Santa Maria da Vitória, símbolo máximo da batalha de Aljubarrota. Herculano, promovido a grande homem português, produziu através dos seus romances, ícones capazes de incorporar o conceito da comunidade imaginada nacional.

No entanto, como observámos anteriormente, este não foi, nem é, um ato pacífico ou objetivo, mas antes sujeito à arbitrariedade. Tendo vencido a tese de Herculano e seus seguidores, Portugal acabou por ser construído como uma comunidade nacional, detentora de um Estado próprio. Tal poderia não ter acontecido, se tivessem vingado as ideias de vários autores do século XIX, tais como Antero de Quental, Eça de Queirós ou o historiador Oliveira Martins, que defendiam a união ibérica, argumentando que aquilo que

serviria para nos distinguir: território e comportamento cultural, seria mais o que nos aproximaria a Espanha, numa linha de continuidade, tal como é demonstrado por Gabriel Magalhães (2007).

Contudo, esta eficácia, a imaginação de um novo tipo de comunidade só tem eficácia, quando os liderados reconhecem legitimidade ou autoridade aos seus líderes para o efetuar. Este reconhecimento, por parte dos liderados, e a legitimação do poder de divisão por parte das lideranças, ora os transformou em heróis, ora os construiu como grandes homens, num discurso performativo, construído ao longo do espaço e do tempo. O processo de transformação dos líderes em heróis ou grandes homens, foi estudado por Pierre Nora e Mona Ozouf, que deram à estampa a obra *Les Lieux de Mémoire – I La République*, publicada em vários volumes, entre os anos de 1986-1992.

No seu trabalho, Pierre Nora (1986-1992) e Mona Ozouf (1986-1992) estudaram, e demonstraram, que o culto aos heróis fundadores e aos grandes homens, têm sido fundamentais para os discursos de todas as lideranças que pretendem não só manter, como construir novos tipos de comunidades. Neste contexto, segundo Alexandre Herculano, ele mesmo um grande homem, fundador da comunidade nacional portuguesa, o rei D. João I, e a batalha de Aljubarrota, marcariam o início da fundação da nação portuguesa. D. João I é eleito herói fundador da nação, enquanto D. Afonso Henriques seria o herói fundador do seu predecessor reino.

A origem dos heróis e dos grandes homens possui, em cada um destas concepções, imagens sociais que tanto os aproximam dos seres humanos, como das entes divinas. O que os veio a distinguir, foi a transição de uma sociedade medieval, de bases religiosas, para a sociedade moderna, que se pretende assente no racionalismo científico. Contudo, as sociedades modernas, continuam a cultivar os seus heróis e os seus grandes homens.

Os heróis são compostos por personagens que se situam num campo de contacto entre este mundo terreno, o mundo dos homens, e o do além, o dos Deuses. Fazem parte desta categorização todos os seres sacralizados tais como os santos, os reis, os guerreiros e as rainhas, muitos deles santificados. São estes heróis que estabelecem a ponte entre o mundo visível e o invisível, reclamando a legitimidade em Deus para exercerem o poder político sobre os seus reinos (BOURDIEU, 1989; POMIAN, 1984; KANTOROWICZ, 1999), no caso dos reis, ou religioso, no caso dos santos (OZOUF, 1986). Como declarou Jaime I, rei inglês de inícios do século XVII, “os Reis são com razão chamados Deuses, porque exercem sobre a terra um poder semelhante ao Poder Divino” (KANTOROWICZ, 1999, p. 37). A dimensão da conexão com os seres divinos é determinante para que os reis

adquiram a legitimidade da divisão do espaço social e/ou a invenção de novos reinos, ou espaços independentes, retribuindo esses favores com a construção de igrejas, mosteiros e conventos monumentais. Ao longo de toda a Idade Média, foram, da mesma forma, outorgados grandes privilégios às ordens religiosas. No início do reino português, já testemunhamos como a colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, foi alvo de significativos privilégios. D. João I, o vencedor da batalha de Aljubarrota, faz duas das mais simbólicas oferendas a essa colegiada, nomeadamente o loudel por ele usado na batalha, bem como o tríptico de Aljubarrota (MAGALHÃES, 2005). Este rei manda construir, em finais do século XIV e inícios do século XV, o mosteiro de Santa Maria da Vitória, assim designado na medida em que este mosteiro, oferecido à ordem dominicana, é o reconhecimento oficial do rei para com os seres divinos, pelo seu apoio, que seria decisivo para a vitória e para a manutenção do reino de Portugal (MAGALHÃES, 2012; 2019).

Ao contrário dos heróis, os grandes homens são seres mortais, terrestres, despojados de um poder divino, mas consignados de um racionalismo ímpar. Esta categoria inclui figuras proeminentes do novo Estado-Nação, escritores de renome, pintores, cientistas, poetas e gente comum, como pais de família exemplares. Estes, destacaram-se das massas, pelo contributo significativo que deram num qualquer campo da vida social, tanto contribuindo para a fundação da nação moderna, como é o caso de Alexandre Herculano, como apoiando a projeção do novo Estado-Nação no mundo, através das suas obras literárias, científicas e outras.

Na categoria dos grandes homens, nacionais, regionais e locais, incluem-se personalidades portuguesas que se destacaram pela sua obra em prol da nação, da região ou da localidade.

## **HERÓIS FUNDADORES DA REGIÃO DE LEIRIA: DE D. AFONSO HENRIQUES A D. DINIS**

Tal como as comunidades nacionais, também as regionais criaram os seus heróis fundadores, cujo contributo para a fundação, manutenção, afirmação ou prosperidade da comunidade é considerada como um facto relevante. Este desiderato pode ser observado na região de Leiria, região portuguesa, com cerca de 470 mil habitantes. Reis, rainhas, poetas, escritores, etc., têm sido imortalizados em museus, casas-museu, estátuas, pinturas, nomes de ruas, edifícios mais ou menos monumentais, por eles mandados construir ou habitados, entre outros. São, ao mesmo tempo, figuras sublinhadas e sempre presentes em

encontros realizados na e pela região, onde é discutido o regionalismo, e o lugar da região de Leiria, no contexto do espaço nacional português.

Acompanhando as primeiras discussões sobre a regionalização administrativa em Portugal, cujo referendo realizado em 1998, mostrou que cerca de 60% dos portugueses recusaram as propostas que os políticos da altura apresentaram, a década de noventa foi profícua na realização de eventos em que se pretendia discutir a região de Leiria e o seu lugar no todo nacional. O distrito foi espaço territorial, que serviu de base para a definição de uma região de Leiria, em todos os congressos, realizados até 2006. O distrito resultou da divisão do país, em 1836, em 17 distritos administrativos, incluindo o de Leiria (SERRÃO, 1990; MAGALHÃES, 2012), que “rompiam com as tradicionais províncias e comarcas” (SANTOS, 1985, p. 83). Os distritos enquanto formas territoriais de organização administrativa, foram extintos em 2011, sendo as suas (poucas) competências, transferidas para vários órgãos administrativos, nomeadamente câmaras municipais, polícias e autoridade nacional de proteção civil.

Em colóquios que decorreram nos anos de 1991, 1995 e 1999, um dos autores da região, Carlos André (1995) faz a simbiose entre aquele que considera um herói da região de Leiria: o rei D. Dinis, e um grande homem da mesma: Afonso Lopes Vieira. O primeiro plantou o Pinhal de Leiria e o segundo transformou-o num ícone de Leiria, ao declamá-lo nos seus versos.

Da mesma forma que as elites nacionais, criadoras dos heróis fundadores da comunidade nacional, também os autores da região, eles próprios, muitas vezes considerados grandes homens da mesma, têm concebido os seus heróis fundadores. Para Saúl António Gomes, nascido em Leiria, historiador e professor na Faculdade de Letras, da Universidade de Coimbra, os reis D. Afonso Henriques e D. Dinis, constituíram alguns dos mais importantes fundadores da região de Leiria.

A Reconquista cristã ibérica iniciada em meados do século VIII e prosseguida na centúria seguinte, teve na ocupação de Coimbra por D. Afonso III [...] e por Fernando Magno entre 1058 e 1064, momentos do maior significado, sobretudo a conquista deste último que logrou repelir os agarenos bastante mais para sul do Mondego. Criara-se desta forma uma área de fronteira que ficava à mercê dos fluxos militares muçulmanos, como dos cristãos, e que constituía naquela fase um palco pouco propício para colonização [...] qualquer que fosse o grupo humano [...].

Coimbra passava a dispor de um vasto território de influência marcadamente cristã que só nos últimos lustros do século XI e inícios da centúria seguinte começaria a ser repartido e delimitado em favor da promoção de novos concelhos, eles próprios núcleos fortificados, símbolo do comando organizativo da campanhas colonizadoras.



Foi neste contexto que se processou, anos mais tarde, a fundação de Leiria no Inverno de 1135. Momento que coincidiu com as presúrias de Fernão Peres Cativo na região de Ladeia, entre 1134 e 1135, e o fossado comandado também por este cavaleiro na mesma região cerca de 1136 – 1137. Por seu turno, D. Afonso Henriques concederia forais a Miranda do Corvo em 1136, e a Penela em 1137, fazendo também edificar novos castelos em Germanelo (Rabaçal), em 1142, e em Alvorge (1141 – 1169). A consolidação do senhorio cristão nestes locais permitiu, entretanto, a afirmação da comunidade leiriense que, mau grado os pesados reveses entretanto sofridos, receberia carta de foral em 1142 (GOMES, 2004, p. 22-23).

Todas as entidades que durante a Idade Média, estiveram em contacto com o divino e se relacionaram com a região, foram enquadradas na galeria dos heróis. Neste sentido, os monges dominicanos, a quem D. João I ofereceu o mosteiro de Santa Maria da Vitória, e os monges cistercienses, estabelecidos desde o século XII, no mosteiro de Alcobaça, constituem outros heróis fundadores da região. Contudo, para Saul António Gomes, a instalação dos cistercienses, em Alcobaça, é mais um símbolo da divisão do que de união, uma vez que defende que o legado desta ordem religiosa tem estado na origem dos discursos que defendem a separação do sul da região (distrito de Leiria) e a sua emancipação, denominada de região “Oeste”.



Os Cistercienses souberam ocupar e explorar de forma rentável todo o território alcobaciano que lhes foi atribuído. Acarinharam a emergência de novas aldeias e concelhos nesse espaço, arrotearam as suas paisagens [...]. O seu legado foi tão forte, que, na contemporaneidade, fez germinar o novel conceito geográfico-político de “Oeste”, aplicado em estudo sobre aquele território, dos anos 1960, depois apropriado para baptismo de um inédito quadro administrativo artificial como o “Oeste”, para abranger uma parte substancial das confluências “fronteiriças” dos actuais Distritos de Leiria, Santarém e Lisboa, preterindo-se, assim, a matriz plurissecular consubstanciada na designação “Estremadura” (GOMES, 2007, p. 42).

Entre os três reis heroificados pela região, D. Afonso Henriques, o fundador e primeiro rei de Portugal, é também considerado o criador da região. A este rei deveu-se não só a reconquista do espaço atual aos muçulmanos, como a construção de uma rede de fortificações que ao longo da história foram determinantes para a construção da região de Leiria. A ação de D. Afonso Henriques materializou-se na edificação de uma rede de castelos, que incluem Alcobaça, Ourém, Pombal, Porto de Mós e Leiria, entre os séculos XII e XIII, que foram constituindo fontes de agregação de populações e suas atividades socioculturais que estiveram na base da região de Leiria (COSTA, 1997, p. 156; GOMES, 2004, p. 34).

Como refere Saul António Gomes, o castelo de Leiria e, portanto, a ação do rei D. Afonso Henriques, devem ser compreendidos a partir da integração do lugar leiriense num espaço mais vasto, que se estende até Ourém e a Porto de Mós. Estas três fortificações formaram a trilogia undecentista que passou a definir uma área de defesa perante os ataques dos muçulmanos. A construção desta linha defensiva e a enunciação do espaço a proteger estiveram na origem da região leiriense.

A fundação do castelo (de Leiria) justificava-se primeiramente como acto estratégico na defesa de um novo espaço que se pretendia povoar e/ou colonizar [...] constituindo, com o de Ourém, um pólo significativo na organização de campanhas militares ofensivas, dirigidas ao Sul agareno, e lugar de protecção, em caso das ameaças exteriores, disponíveis para acolhimento das populações circunvizinhas (GOMES, 2004, p. 34).

A relação entre a edificação do castelo, por D. Afonso Henriques, e a fundação da cidade de Leiria, bem como da sua região, sugere “uma das funções mais importantes dos mitos de origem: proporcionar uma antiguidade à cidade através do herói fundador da mesma, [...] de um herói associado à força e à valentia, valores importantes para as sociedades de fronteira” (CÁTEDRA E TAPIA, 2007, p. 17). Durante vários anos, a região de Leiria foi de fronteira, uma linha que os separava a “eles”, os muçulmanos e sua organização sociocultural do “nós”, católicos e nossa disposição social, cultural e geográfica. As fortificações da região passaram a ser consideradas estruturas sagradas, separando o território cristão do dos mouros, testemunhando por séculos, a ação dos heróis fundadores da região. Esta delimitação e proteção do território, tem sido um elemento fundamental “na constituição e representação simbólica dos sistemas espaciais dos grupos humanos” (CÁTEDRA E TAPIA, 2007, p. 19).

Os castelos da região, em particular, o de Leiria, incluem “com frequência referências ao tempo histórico, passado heróico ou tempo metafórico” (CÁTEDRA, 2007, p. 66), simbolizando não só a ação do rei em prol da fundação da região.

D. Afonso III e D. Dinis são outros reis heroificados pela região, destacando-se na mesma ordem de grandeza e de simbolismo, que os outros reis e rainhas, santos ou santas medievais portugueses, nos discursos tanto relacionados com a fundação da nação, como com os processos de imaginação da região (ANDRÉ, 1995, p. 17). Da sua ação, destaca-se o facto de terem plantado e desenvolvido o pinhal de Leiria, uma área costeira de pinhal, com cerca de 12 mil hectares, situados entre os concelhos de Leiria e da Marinha Grande. Um incendio de grandes proporções destruiu 86% deste pinhal centenário, em outubro de 2017.

A classificação como mata nacional, concorreu para a patrimonialização de um pinhal que, durante séculos, foi o testemunho da ação e da atenção da realeza, em particular dos reis portugueses D. Afonso III e D. Dinis para com a região de Leiria. Esta ação é destacada pelas extensões regionais de turismo, grandes produtores de ícones comunitários (MAGALHÃES, 2012) que, no caso de Leiria, sublinha-se, de forma oficial, a heroicidade dos reis que o plantaram. Na Região de Turismo do Centro, da qual faz parte a região de Leiria, refere-se que “Este pinhal expressa a inteligência do rei D. Afonso III, responsável no século XIII pela sua plantação. A extensão do pinhal de Leiria continuou a crescer, sobretudo sob ordem do rei D. Dinis I, intitulado por isso como o “Rei Lavrador” de Portugal. O pinhal é intitulado também muitas vezes como “pinhal do Rei” precisamente pela importância que o rei D. Dinis I teve no seu desenvolvimento (Pinhal dos Reis in <https://turismodocentro.pt/artigo/mata-nacional-de-leiria/>).

O rei D. Dinis exerceu o seu poder sobre o reino de Portugal entre os anos 1279 e 1325. Recebeu o cognome de rei agricultor em virtude de ter priorizado o desenvolvimento agrícola e florestal do reino ao longo do seu governo. Não obstante, a plantação do pinhal ser atribuída ao rei D. Dinis (MORAIS, 1936), autores como José André e Maria de Fátima Cordeiro (2005) defendem que se trata de *uma ideia arriscada*. Afirmam que já existiriam manchas de pinheiros ao longo das costas norte e centro do território português, há milhares de anos, não sendo, portanto, uma florestação efetuada num terreno virgem. Contudo, a atividade exercida pelo rei D. Dinis exerceu, que protegeu e ampliou a mancha do pinhal, acabaria por lhe atribuir um lugar de relevo, enquanto herói fundador da região de Leiria.

Dos reis que reinaram em Portugal, até 1910, e considerados de grande valor simbólico para o atual Estado Nação português, existem três que partilham o seu heroísmo com a identidade regional leiriense: os reis D. Afonso Henriques, o primeiro rei de Portugal e fundador do reino de Portugal, D. Afonso III e D. Dinis, por terem plantado e desenvolvido o pinhal de Leiria. De acordo com Saul António Gomes, A apropriação dos elementos ligados a estes reis, o castelo e os pinheiros, para a construção da identidade regional remonta ao século XVI, tendo sido sublinhados pelos representantes concelhios, junto das cortes em Lisboa, em 1647, como os elementos mais icónicos na representação de Leiria (GOMES, 2007, p. 11-13).

Tanto D. Afonso III como D. Dinis, reconheceram o papel que o pinhal de Leiria teve na proteção costeira, relativamente à erosão provocada pelos ventos marítimos ao longo dos séculos. Contudo, o pinhal tem sido uma importante fonte de desenvolvimento

económico para a região e para a sua afirmação no contexto nacional (ANDRÉ; CORDEIRO, 2005).

Por outro lado, a atribuição da ação heróica a D. Afonso III e ao rei D. Dinis encontra-se a ligada à importância que o pinhal para a epopeia dos descobrimentos. Entre os séculos XV e XVI, foi desta mancha florestal que haveria de sair a madeira que serviu para construir as caravelas e as naus, imprescindíveis aos descobrimentos portugueses, tal como foi reconhecido por vários investigadores sobre a região e a sua identidade (CARDOSO, 1944, p. 46).

Como forma de agradecimento aos seus heróis, Leiria imortalizou-os na inauguração de diversas estátuas, umas mais antigas, outras mais recentes. A mais antiga, a estátua de D. Afonso III, inaugurada em 1960, assume um valor simbólico local e regional, assinalável, por vários motivos. Situa-se ironicamente no Largo da República, implantação da qual, resultou da trágica queda do poder real, em 1910, ocupando o lugar central da praça, sendo ladeada por quatro pinheiros, simbolizando o pinhal de Leiria. Este é, também, o “coração” do poder de Leiria, local, representado na câmara municipal, e nacional, por neste local se situar o tribunal judicial.

A inauguração da estátua comemorativa do rei D. Dinis, na localidade de S. Pedro de Moel, em 1972, povoação onde o pinhal e o mar se encontram, constituindo um tributo ao heróis, insere-se da mesma forma, num tempo em que a estatuária se transformou num meio de imortalização de heróis e de grandes homens, como reconhece Mona Ozouf (1986).

A estatuária representativa de heróis ou grandes homens assume, pelas suas características como a estilização ou solidez, um lugar de relevo nos discursos sobre as comunidades imaginadas modernas.

Une foule de raisons concourt au lien privilégié du grand homme et de la statue: sa connotation antiquisant, car c'est alors un lieu commun de croire que c'est à l'emploi des statues que la Grèce a dû sa suite brillante de grands hommes; sa stylisation, car le choix nécessaire du geste expressif contribue à l'efficacité pédagogique; sa solidité, où il y a comme un son d'éternité, une promesse d'immortalité [...]; la facilité qu'elle offre, bien mieux que le tableau, autour duquel on ne peut tourner, à être le centre d'une mise en scène. Bref, entre tous les genres convoqués à la gloire du grand homme, la sculpture occupe une place de choix : au salon de 1771, un tableau allégorique signé Lépicié montre la sculpture "occupée avec attendrissement de son véritable objet, qui est de conserver à la postérité la mémoire du grand homme" (OZOUF, 1986, p. 148).

Outra estátua comemorativa do rei D. Dinis, inaugurada em 1997, situa-se numa das principais portas da cidade de Leiria, e corresponde a mais uma forma de materialização da memória e reconhecimento da comunidade pelas ações desenvolvidas por este rei na região. A proliferação de discursos sobre a região de Leiria e a sua afirmação, tanto no quadro nacional, como europeu, corresponde a um processo em que a materialização da memória se foi “prodigiosamente dilatando, desmultiplicando, descentralizando e democratizando” (NORA, 1986b, p. 27), principalmente ao longo do último século. Não são apenas as grandes instituições como famílias importantes, a Igreja ou o Estado que buscam preservar a memória, inscrevendo-a nos objetos. As regiões e seus autores edificam ou atribuem, da mesma forma, valores especiais a toda uma panóplia de estátuas, pinturas ou lugares de memória, que devem recordar os feitos grandiosos dos antepassados.

## **GRANDES HOMENS DA REGIÃO DE LEIRIA**

Nem só de heróis se construíram as comunidades modernas, mas também os grandes homens foram fundamentais para o seu nascimento. Da mesma forma que os heróis, a ação dos grandes homens, tem sido determinante para a fundação, manutenção e projeção da região de Leiria. Todos os grandes homens leirienses nasceram e morreram depois do século XVIII, à exceção de Francisco Rodrigues Lobo. Com o declínio da nobreza, a extinção das ordens religiosas e a implantação da República, em 1910, o poder dos grandes homens emerge, já não pelo contacto que teriam com as divindades, mas sim, como cidadãos destacados pela sua ação e trabalho em prol da prosperidade social, cultural, económica, da região. Legaram à comunidade, um património distribuído por várias áreas, importante para a sua afirmação interna e externa.

É neste contexto que, da galeria de alguns dos grandes homens leirienses, fazem parte o poeta Francisco Rodrigues Lobo [1580-1622], o caricaturista Rafael Bordalo Pinheiro [1846-1905], o pintor José Malhoa [1855-1933], Tito Larcher [1860-1932], o arquiteto Ernesto Korrodi [1870-1944], ou o poeta Afonso Lopes Vieira [1878-1946], entre outros.

Enquanto grandes homens leirienses, todos têm em comum o facto de terem nascido ou vivido no espaço da região, legando uma obra relevante, nas áreas em que desenvolviam as suas atividades. Pela obra desenvolvida, patrimonializada, foram imortalizados em museus, casas-museu, estátuas, nomes de ruas e praças das cidades e vilas da região.

Sendo o mais antigo da galeria de grandes homens, Francisco Rodrigues Lobo foi um poeta que nasceu em Leiria, em 1580, tendo falecido em 1622. Escritor e licenciado em direito pela Universidade de Coimbra, Rodrigues Lobo foi influenciado pela lírica de Camões, tendo produzido vários romances e novelas em que o tema principal girava entre o mar e a pastorícia, evidenciando as influências da região de seu nascimento, situada entre a serra e o mar. Francisco Rodrigues Lobo é um dos maiores representantes do barroco literário português, inclusive, o introdutor do mesmo em território nacional.

Rafael Bordalo Pinheiro, jornalista, desenhador, aquarelista, ilustrador, decorador e caricaturista, nasceu em 1846, em Lisboa, mas viveu a maior parte da sua vida nas Caldas da Rainha, situado no antigo distrito de Leiria, onde desenvolveu a sua atividade intelectual e profissional. Este é também considerado um dos grandes homens portugueses, tendo retratado, através quer da literatura, quer da caricatura, o quadro social e cultural português que caracterizava a sua época. Enquanto ceramista, e tendo sido convidado a dirigir o setor artístico da Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, em 1884, o autor não só atribuirá um cunho original às peças aí produzidas, retratando ora animais, ora figuras populares, como muitas das suas produções, se irão transformar em ícones da cultura portuguesa. A figura do Zé Povinho, as andorinhas, o sapo ou as folhas de couve, reproduzidos em cerâmica, são alguns desses exemplos.

José Malhoa, nascido em Caldas da Rainha, em 1855, e falecido noutra município da região, Figueiró dos Vinhos, em 1933, foi outro grande homem da região e mesmo da nação. Desenhador e professor, deixou como um dos seus maiores legados, a pintura. Pioneiro do naturalismo, em Portugal, e com grandes ligações ao impressionismo, são da sua autoria, algumas das mais emblemáticas pinturas nacionais, tais como as telas “O Fado”, ou “O Emigrante”. Como discorremos noutras investigações (MAGALHÃES, 2012b; 2017), José Malhoa foi um dos mais significativos “escultores” da paisagem cultural portuguesa, tendo-a retratado e, ao mesmo tempo, construído, através da sua pintura.

Reconhecido o seu papel, tanto pelas lideranças locais, regionais e nacionais, como pelo povo, enquanto pintor das diversas identidades culturais que atravessam o território português, foram inaugurados vários monumentos em sua honra. Malhoa ora é imortalizado na estatuária, ora a sua memória está eternizada em museus e casas-museu.

Afonso Lopes Vieira, poeta nascido em Leiria, em 1878, e falecido em Lisboa, em 1946, faz parte da categoria dos grandes homens da região. Através da sua escrita, retratou, construiu e projetou a paisagem cultural leiriense no território nacional, território “encostado” ao mar, cujos elementos constituíram o tema central da obra poética de

Afonso Lopes Vieira. O mar, o pinhal, as vieiras, de onde tanta matéria saiu para os descobrimentos, as praias batidas pelo mar constituíram elementos pictóricos marcantes da obra do escritor.

A casa que o pai lhe ofereceu, em inícios do século passado, e por si denominada casa-nau (NOBRE, 2013), localizada em São Pedro de Moel, e a sua transformação em casa-museu, constituiu uma das principais formas da comunidade local e regional homenagearem o poeta. Imortalizado, na metamorfose da sua casa à beira-mar plantada, em museu, este emerge como um lugar literário, sem dúvida, mas também um lugar de memória (NOBRE, 2010, p. 6). A materialização da memória do poeta tanto se consubstancia na casa-museu, como nos objetos que dela fazem parte, relíquias sagradas contendo a marca vivida do poeta, para além da estatuária.

Por fim, mas não menos importante, destacam-se no contexto leiriense, Ernesto Korrodi e Tito Larcher.

Ernst Korrodi foi um desenhador e arquiteto suíço, nascido em Zurique, em 1870, naturalizou-se português, tendo falecido em Leiria, local que fez de sua residência permanente, em 1944. Este arquiteto foi um dos símbolos máximos da arte nova em Portugal, tendo deixado obra por várias cidades, sendo da sua autoria, não só os projetos e consequente recuperação do castelo de Leiria, cujas obras terminam por volta de 1967 (MAGALHÃES, 2012), como o edifício da câmara municipal, ou o do banco de Portugal, inaugurados em inícios do século passado.

Outro grande homem leiriense foi Tito de Sousa Larcher, nascido em 1860, numa freguesia do concelho de Braga, faleceu em 1932, na cidade de Leiria. Exerceu várias funções administrativas em concelhos da região, foi nomeado escrivão tabelião provisório, em 11 de Outubro de 1895 para Leiria, onde tomou posse e no dia 16 de Agosto de 1913 tomou posse como Administrador do Concelho da Batalha. Em 3 de Agosto de 1916 passa a exercer as funções de Bibliotecário Arquivista da Biblioteca Erudita e Arquivo Distrital de Leiria, sem vencimento e a seu pedido, instituição criada sob sua proposta, à qual doou cerca de 3200 obras do seu espólio. Foi sócio correspondente da Associação dos Arquivistas Cívicos e Arqueólogos Portugueses em sessão de 30 de Dezembro de 1905, passando a sócio efetivo em 31 de Junho de 1910. Foi também sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa, admitido em sessão de 4 de Março de 1907. Em 18 de Novembro de 1920 é nomeado, por despacho do Ministro das Finanças, vogal da Comissão Distrital de Estatística e em 1926 foi vogal da Comissão Administrativa da Junta

Geral do Distrito (Arquivo Distrital de Leiria - <https://digitarq.adlra.arquivos.pt/details?id=1034993>).

Tito de Sousa Larcher, foi um dos principais impulsionadores do Museu Regional de Arte, Arquitectura e Numismática, em inícios do século passado. A proposta de criação de um museu regional de Leiria remonta a 1917 (RAMOS, 1993, p. 46), ideia inserida nas políticas procedentes da I República que visavam a criação de museus regionais, “como complemento fundamental do ensino artístico e elemento essencial da educação geral” (RAMOS, 1993, p. 45). A partir da “base legislativa anterior [...] são criados no país, entre 1912 e 1924, treze museus regionais” (GOUVEIA, 1985, p. 164-165), de entre os quais o Museu de Arte, Arqueologia e Numismática de Leiria, aprovado pelo Decreto 3553 de 15 de novembro de 1917.

## CONCLUSÕES

Retomando a linha de pensamento com que iniciámos este texto, chegamos à conclusão de que qualquer comunidade, só é imaginada através do papel desempenhado pelas lideranças. De uma forma geral, e de acordo com o quadro teórico e reflexivo proporcionado por Pierre Bourdieu (1989), a vontade das elites e/ou lideranças não é, no entanto, suficiente por si mesma, para provocar ruturas no mundo social, sendo necessário, para que tal aconteça, a concordância da parte dos liderados. Estes, devem reconhecer a legitimidade daqueles para que nasça uma nova comunidade.

Através do caso específico de Leiria, podemos constatar o reconhecimento do papel das lideranças na fundação, manutenção e projeção da região de Leiria, sendo-lhes atribuídos o título de heróis e ou de grandes homens, imortalizados numa série de memoriais (museus, estátuas, pinturas, entre outros). Neste caso, foi fundamental o engajamento teórico proporcionado pela obra coordenada e desenvolvida por Pierre Nora e Mona Ozouf (1986-1992a; 1986-1992b), na definição do conceito de herói, versus grande homem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Carlos. Terra de Poetas: Leiria e a Literatura de Outrora. **Actas do II Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região**, vol. II. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 17-38, 1995.



ANDRÉ, João; CORDEIRO, Maria. Mata nacional de Leiria: evolução histórica e aspectos naturais. In VIEIRA, Ricardo (coord.) **Pensar a Região de Leiria**. Porto: Edições Afrontamento, 373-400, 2005.

ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA. Disponível em: <https://digitarq.adlra.arquivos.pt/details?id=1034993>. Acessado em 15 de fevereiro de 2020.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

CARDOSO, Leonel. O Distrito de Leiria: coração do Império. **Livro do I Congresso das Actividades do Distrito de Leiria**. Leiria: Casa do Distrito de Leiria, 45-49, 1944.

CÁTEDRA, Maria. Imágenes Mitológicas e Históricas del Tiempo y del Espacio: Las Murallas de Ávila. In CÁTEDRA, Maria; TAPIA, Serafín de (coord.) **Para entender las Murallas de Ávila: una mirada desde la Historia y la Antropología**. Valladolid: Ámbito, 2007.

CÁTEDRA, Maria; TAPIA, Serafín de. Metáforas y Símbolos en torno de una Idea: La Muralla de Ávila. In CÁTEDRA, Maria; TAPIA, Serafín de (coord.) **Para entender las Murallas de Ávila: una mirada desde la Historia y la Antropología**. Valladolid: Ámbito, 2007.

COELHO, Maria. Alexandre Herculano: a história, os documentos e os arquivos no século XIX. **Revista Portuguesa de História**. XLII, p. 61-84, 2011.

COSTA, Lucília Verdelho. **Ernesto Korrodi: 1889-1944**. Arquitectura, Ensino e Restauro do Património. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

GOMES, Saul. **Introdução à História do Castelo de Leiria**. Leiria: Câmara Municipal, 2004.

GOMES, Saul António. **A Região de Leiria: património, identidade e história**. Leiria: CEPAE, 2007.

GOUVEIA, Henrique. Acerca do Conceito e Evolução dos Museus Regionais Portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo. **Bibliotecas, Arquivos e Museus**, vol. 1, 149, 1985.

KANTOROWICZ, Ernst. **Morrer pela Pátria**. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.

MAGALHÃES, Fernando. **Museus, Património e Identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exposição**. Porto: Profedições, 2005.

MAGALHÃES, Fernando. **À procura de um lugar na Europa: o património nos discursos sobre Leiria e suas regiões**. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria, 2012.

MAGALHÃES, Fernando. Landscape and regionalism in Portugal: The case of the Leiria region. **Journal of Contemporary European Studies**, 20: 1, 55-76 (21), 2012b.

MAGALHÃES, Fernando. Landscape and National Identity in Portugal. *Archaeologica Hereditas* 10. **Warsaw:** Instytut Archeologii Uniwersytetu Kardynała Stefana Wyszyńskiego, 223-234, 2017.

MAGALHÃES, Fernando. A comunidade nacional e o papel do património monumental na escrita das suas narrativas: o exemplo português de Alexandre Herculano. **Revista CPC**, 14 (27), 34-57, 2019.

MAGALHÃES, Gabriel. A atitude ibérica da Geração de 70. Variações na Unidade. **Península, Revista de Estudos Ibéricos**, n.º 4, 157-175, 2007.

MORAIS, J. Custódio de. **Geologia e Geografia da Região do Pinhal de Leiria**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1936.

NORA, Pierre (dir.). **Les lieux de mémoire I-VII**. Paris: Gallimard (7 vols.), 1986-1992a.

NORA, Pierre (dir.). Entre Mémoire et Histoire. **Les lieux de mémoire - I La République**. Paris: Gallimard, 17-42, 1986-1992b.

NOBRE, Cristina. A Casa como Lugar Literário. **Roteiro Museológico - Casa-Museu Afonso Lopes Vieira: Lugar Literário**. Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande, 05-15, 2010.

NOBRE, Cristina. **Lugar Literário: Inventário do Espólio da Casa-Museu Afonso Lopes Vieira**. Leiria: ESECS/IPL, 2013.

OZOUF, Mona. Le Panthéon, L'École normale dês mortes. In NORA, Pierre (dir.) **Les Lieux de Mémoire – I La République**. Paris: Gallimard, 139-163, 1986.

PINHAL DOS REIS. **Turismo do Centro de Portugal**. Consultado em 14 de abril de 2020. Disponível em: <https://turismodocentro.pt/artigo/mata-nacional-de-leiria/>

POMIAN, Krystof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: INCM, 51-87, 1984.

RAMOS, Paulo. Breve história do museu em Portugal. In TRINDADE, Maria (coord.) **Iniciação à Museologia**. Lisboa: Universidade Aberta, 19-62, 1993.

SANTOS, José. **Regionalização: Processo Histórico**. Lisboa: Horizonte, 1985.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal**, 4ª ed. rev. Lisboa: Editorial Verbo, 1990.

THIESSE, Anne-Marie. **La création des identités nationales**. Paris: Seuil, 1999

**RECEBIDO EM: 19/05/2020 PARECER DADO EM: 07/12/2020**